

ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.

5.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2025	2024
Remunerações	(2.741)	(518)
Encargos sociais	(1.289)	(363)
Auxílio alimentação	(251)	(251)
Convênio assistencial e outros benefícios	(257)	(25)
Rescisões	(58)	(58)
Provisão para férias e 13º salário	(804)	(43)
Plano de saúde	(454)	(4)
Participação nos resultados	(746)	61
(-) Transferências para ordens	357	-
Outros	(10)	-
Total	(6.223)	(922)

5.2 Serviços de terceiros

	2025	2024
Serviços técnicos e manutenções	(10.649)	(13.359)
Uso de marca	(2.192)	(2.351)
Serviços jurídicos	(166)	(394)
Contratos e auditoria	(189)	(410)
Comunicação	(143)	(17)
Vigilância	(862)	(692)
Outros serviços	(3.659)	(2.520)
Total	(17.860)	(19.744)
Outro PIS e COFINS	(17.046)	(19.300)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	35.978	25.057
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.688)	(1.239)
Outras receitas financeiras	35	2
Total	34.342	23.860

	2025	2024
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁹	(5.334)	(7.763)
Atualizações de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(179)	(294)
Taxas	(4.711)	(3.180)
Tribos	(184)	(155)
Outras despesas financeiras	(274)	(222)
Total	(10.682)	(11.614)

	2025	2024
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(50)	(45)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	284	1.542
Total	23.894	13.744

⁹ Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP, IPCA e outros) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IR) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base no lucro líquido de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ + 25% de CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	261.847	222.311
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(89.028)	(75.586)
Ajustes que afetam o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	10.050	11.325
Incentivos fiscais SUDAM	45.395	35.135
Ações (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	93	2.361
Atualizações SELIC débitos tributários	(1.710)	6.560
Outras ações (reversões)	249	249
Tributos sobre o lucro	(35.200)	(20.205)
Alíquota efetiva	13,44%	9,09%
Corrente	(34.738)	(26.173)
Diferido	(462)	5.968

Os tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	206	217
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	3.462	4.765
Arrendamentos capitalizados	65	65
PLR	249	249
Risco hidrológico (GSF)	(20.339)	(21.232)
Outros	84	393
Total	(16.253)	(15.792)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(15.792)	(15.792)
Efeitos reconhecidos no resultado	(462)	5.968
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(16.254)	(16.254)

	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(21.760)	(21.760)
Efeitos reconhecidos no resultado	5.968	5.968
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(15.792)	(15.792)

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2025	2024
IRPJ	7.568	10.980
CSLL	2.091	4.155
Ativo	9.659	15.135
Circulante	7.091	12.537
Não circulante	2.598	2.598

	2025	2024
CSLL	13.585	10.971
Passivo	13.585	10.971

7.1.4 Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma atividade fiscal e à mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelo incentivo fiscal da SUDAM, que concede redução de até 75% do IRPJ, calculada sobre o lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e financeiros, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamentos críticos na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos a recuperar:**

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	854	100
Programa de integração social - PIS	399	402
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.837	1.853
Outros tributos a recuperar	3.120	2.355

7.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	22	154
Programa de integração social - PIS	482	410
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	2.282	2.197
Impostos e contribuições retidos na fonte	616	2.567
Outros ¹⁰	3.563	556
Outros tributos a recolher	6.930	5.450

	2025	2024
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	6.912	6.416
Outros	147	134
Encargos setoriais	8.229	7.457

	2025	2024
Total	15.159	12.907
Circulante	8.910	8.247
Não circulante	6.249	4.660

¹⁰ Do total reconhecido na rubrica, R\$ 2.134 refere-se ao IRRF sobre o JCP deliberado em 17/12/2025 (vide nota explicativa 18.2).

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	1.905	1.905
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10.865	191.405
Fundos de investimento	20.015	191.405
Total	61.880	193.310

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	49.215	191.405
CDB	1.800	-
Total	51.015	191.405

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, existindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Fornecimento de energia	2025	2024
	36.311	44.988
Total	36.311	44.988

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2024.

9.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incerto. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia não possui histórico de inadimplência relevante. Devido às garantias exigidas nos contratos bilaterais, a exposição ao risco de crédito é residual. A COEF também controla inadimplências do setor, reduzindo ainda mais o risco. Assim, o nível de para perdas esperadas crédito é considerado irrelevante.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2025	2024
Saldo inicial	6.606	14.408
Aplicação	15.191	9.546
Resgate	(166)	(19.174)
Rendimentos	3.174	1.826
Saldo final	24.805	6.606

Os títulos e valores mobiliários não possuem condições de resgate antecipado e referem-se a aplicações financeiras, recursos em cotistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de garantia real. Apresentam uma remuneração média equivalente a 99,52% em 31 de dezembro de 2025 (99,32% em 31 de dezembro de 2024) do CDI e liquidez diária.

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	2025	2024
Centrais de hidroelétricas	2,40%	2,40%
Terrenos e outros	16,67%	16,67%
Construções e terrenos em construção	2,40%	2,40%
Saldos em 31 de dezembro de 2024	437.564	65.294
Adições	4.929	4.929
Capitalização de gastos	35	35
Baixas	(345)	(9)
Depreciação	(20.429)	(2.858)
Transferências entre classes	95	(994)
Transferências - outros ativos	1.145	(832)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	418.929	61.604
Custo	712.358	109.213
Depreciação acumulada	(252.622)	(47.846)
Obrigações especiais	(40.807)	(40.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	462.590	68.382
Adições	5.502	5.502
Baixas	(519)	(44)
Depreciação	(20.904)	(2.893)
Transferências entre classes	(3.603)	(195)
Transferências - outros ativos	437.564	65.294
Saldos em 31 de dezembro de 2024	437.564	65.294
Custo	742.908	110.037
Depreciação acumulada	(305.344)	(45.743)
Obrigações especiais	-	-

Durante o exercício de 2025, a Companhia concluiu a transferência compulsória e gratuita de instalações de transmissão para a Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE"), conforme previsto nas Regras de Transmissão da ANEEL, devidamente formalizado por Termo de Transferência Não Onerosa ("TINO"), em razão do acesso da Mineradora NEXA Resources ("NEXA"). Por se tratar de doação obrigatória, não é necessário a operação do sistema de geração de energia, cujo residual dos bens transferidos (R\$ 105.144) foi redistribuído proporcionalmente entre os demais ativos de geração, sem qualquer alteração das vidas úteis previamente estimadas pela Companhia. No total, 403 ativos foram baixados e 356 receberam a alocação proporcional dos valores. Adicionalmente, a Companhia recebeu, também por transferência, não onerosa, equipamentos fornecidos pela NEXA para adequações das instalações remanescentes, tendo esses equipamentos sido classificados como "Obrigações Especiais", em conformidade com o IFRS 16/ANEEL, bem como com os requisitos do Pronunciamento Contábil CPC 27, sendo reconhecidos simultaneamente nas demonstrações financeiras como ativo e conta redutora do ativo, no montante de R\$ 40.807, ambos depreciados/amortizados ao longo do prazo da concessão. **11.1 Política contábil material e julgamentos críticos:** a) **Política contábil material:** A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos. Os componentes relativos às vidas úteis são atualizados anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados em sua finalidade e são classificados como "Obrigações Especiais", em conformidade com o IFRS 16/ANEEL, bem como com os requisitos do Pronunciamento Contábil CPC 27, sendo reconhecidos simultaneamente nas demonstrações financeiras como ativo e conta redutora do ativo, no montante de R\$ 40.807, ambos depreciados/amortizados ao longo do prazo da concessão. **11.2 Intangível:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, quando são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas, quando não passíveis de indenização conforme interpretação da Companhia dos termos e cláusulas de indenização definidos em cada contrato de concessão do serviço público. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (impairment) destes ativos, quando aplicáveis.

12. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Concessão	Software	Outros	Ativos em formação	Total
	2,46%	20,00%	20,00%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	71.874	268	2.910	2.019	77.071
Adições	-	-	726	726	726
Amortização	(2.896)	(476)	(796)	-	(4.168)
Transferências - entre intangíveis	748	93	(222)	(1.479)	-
Transferências - outros	-	11	(25)	(70)	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	69.727	755	1.441	1.196	73.319
Custo	89.718	1.632	4.073	1.196	94.619
Amortização acumulada	(17.392)	(876)	(2.432)	-	(20.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	75.207	534	3.467	613	79.821
Adições	-	-	-	878	878
Baixas	-	-	-	(2)	(2)
Transferências - outros	(2.868)	(4)	(765)	482	(3.674)
Transferências - intangíveis	(465)	(225)	208	-	-
Transferências - outros	-	-	-	48	48
Saldos em 31 de dezembro de 2024	71.874	268	2.910	2.019	77.071
Custo	86.371	668	4.546	2.019	93.604
Amortização acumulada	(14.497)	(400)	(1.636)	-	(16.533)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento de danos não hidrelétricos decorrentes da aquisição de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL, através da Resolução Normativa nº 892 de dezembro de 2020, que estabelece a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica. **12.1 Política contábil material:** Os ativos intangíveis estão demonstrados com base na aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment). A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Paulo Werberich
Presidente

TITULARES

Juliano Pansanato de Souza Mariana Felix Vasconcellos de Andrade Leonardo Pimenta Gadelha

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor Presidente**
Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3
Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Energética Águas da Pedra S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

José Paulo Werberich - Presidente
Juliano Pansanato de Souza - Conselheiro
Mariana Felix Vasconcellos de Andrade - Conselheiro
Leonardo Pimenta Gadelha - Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Energética Águas da Pedra S.A.** sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.768.414/0001-77, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da EAPSA, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da EAPSA, alusivas ao social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor Presidente**
Renato de Almeida Rocha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**
Rodolfo Fernandes da Rocha - **Diretor de Planejamento e Controle**
Fabiano Carvalho Rosa - **Diretor de Regulação**

mentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (II) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **19.6 Métodos e técnicas de avaliação: (I) Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **19.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Expo- sição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI							

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Energética Águas da Pedra S.A. Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Águas da Pedra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Águas da Pedra S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconstante com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos

a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 25 de março de 2026

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/27/EAPSA158837527032026.pdf>
Hash: 1774572003f1cfcab3b9784e89b6d1b3737c016499